

O JULGAMENTO DE JESUS: o contexto antissemita histórico e hermenêutico.

The Judgment of Jesus: the historical and hermeneutic antisemitic context.

Zaira Ferreira Lima¹

Gelci André Colli²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo levantar conceitos e contextos básicos para a investigação literária, jurídica e teológica a respeito do julgamento de Jesus Cristo. Para tanto, o texto aqui é apresentado como o primeiro passo para o estudo do tema maior. Isto porque o fato, o julgamento de Jesus se deu em ambiente muito complexo e cercado de questões diversas. A simples avaliação jurídica, teológica ou histórica não é capaz de estabelecer a compreensão do evento. O texto é desenvolvido a partir da análise bibliográfica disponível em língua portuguesa sobre a temática. Serão tratadas questões como a relação entre judeus e o império romano e o conceito antissemitismo, por entender-se que são princípios relevantes para a compreensão do pano de fundo do julgamento de Jesus.

Palavras-chave: Julgamento de Jesus. Antissemitismo. Império Romano.

ABSTRACT

This article aims to raise basic concepts and contexts for literary, legal and theological research regarding the judgment of Jesus Christ. To this end, the text here is presented as the first step in the study of the larger theme. This is because the fact, Jesus' judgment took place in a very complex environment and surrounded by different issues. A simple legal, theological or historical evaluation is not able to establish the understanding of the event. The text is developed from the bibliographic analysis available in Portuguese on the subject. Issues such as the relationship between Jews and the Roman Empire

¹ Graduada em Ciências Jurídicas pela UNIPAR. Graduada em Teologia pela FABAPAR.

² Doutor em Teologia pelo PPG das Faculdades EST de São Leopoldo/RS. Mestre em Ciências da Religião pela UMESSP de São Bernardo do Campo/SP. Bacharel em Teologia pela FABAPAR. Licenciado em Filosofia pelo Claretiano. Professor na Faculdade Cristã de Curitiba/PR. Professor na FABAPAR.



and the concept of anti-Semitism will be addressed, as they are understood to be relevant principles for understanding the background of Jesus' judgment.

Key-words: Judgment of Jesus. Anti-Semitism. Paul. Roman Empire

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre Jesus e o seu tempo tem sido a principal preocupação dos especialistas do Novo Testamento nos últimos anos. A recuperação de documentos como os Manuscritos do Mar Morto e as significativas descobertas arqueológicas recentes, nos forçam, de modo cumulativo, a formular perguntas sobre o Jesus que viveu na Palestina antes dos anos setenta de nossa era. Na pesquisa atual do julgamento de Jesus essas novas descobertas também lançam luz àqueles eventos e os revestem de novas propostas e teorias.

Com relação ao julgamento de Jesus, a principal diferença entre as teorias antigas e as atuais está no envolvimento e comprometimento dos judeus nos acontecimentos concernentes à execução de sua sentença. Enquanto muitos escritores defenderam durante anos que os judeus foram os principais culpados pela condenação de Jesus, recentemente livros têm argumentado que os judeus, na realidade tentaram salvar Jesus dos romanos. Cohn (1994, p.208) declara que “foi um julgamento romano, que resultou numa sentença romana, executada por carrascos romanos. Toda a história teria sido simples e franca, não fosse pelo fato de que os evangelistas, para seus propósitos teológicos e políticos, tinham que desviar a culpa pela morte de Jesus para os judeus”.

Os relatos do Novo Testamento tentaram transferir para os judeus a culpa pela morte de Jesus, de maneira a facilitar as conversões de romanos ao cristianismo. Neste sentido Winter (1998, p.244) ensina que progressivamente, conforme a mensagem de Jesus ia sendo propagada, as afinidades entre seus seguidores e os judeus deterioraram. A frustração dos pregadores cristãos ao abordarem os fariseus na esperança de convertê-los para sua fé, ao final transformou-se em hostilidade. Este foi o contexto histórico resultante da proclamação da messianidade de Jesus. Um contexto completamente distinto daquele no qual transcorreu a vida de Jesus. O autor ainda salienta que nas



narrativas dos evangelhos de Mateus e João, temas apologéticos e ideológicos como este sobrepõem-se à história contada.

Segundo esta nova corrente de pensamento, esse julgamento, que influenciou como nenhum outro na história da humanidade, despertou durante séculos um ódio profundo ao povo judeu, ódio esse que derivou em perseguições e derramamento de sangue inocente. Esta nova teoria, suas bases e pensamentos, suas provas e reflexos traz uma nova abordagem a esta questão tão importante e complexa.

Estas ideias e sua consequência sobre o relato do julgamento de Jesus é o objeto do presente trabalho, abordando, no decorrer desta análise, os impactos do antissemitismo sobre estas narrativas.

1 – O antissemitismo como conceito

O termo antissemitismo pode ser considerado uma das palavras mais difíceis de conceituar. Tudo que gira em torno dessa palavra é profundo e complexo, e se traduz em vários nuances. Para este trabalho é de suma importância que se conheça a origem do antissemitismo. No entanto, resumir este ponto se torna uma tarefa extremamente difícil, pois há muitas frentes de abordagens desse termo. Ao longo da história o antissemitismo foi assimilando novos conceitos e sendo estimulado por diferentes motivos. Por outro lado, ele ainda não acabou, não é um termo que faz parte do passado. É difícil também não se influenciar por tudo que se descobre com a pesquisa desse termo, forçando o leitor a procurar mais e mais informações tentando compreender o motivo de tanto preconceito. Mas, embora os livros nos forneçam a causa da origem do ódio contra os judeus ao longo dos séculos, o sentimento que fica é de incredulidade pelo que o ser humano é capaz de fazer com o seu semelhante, muitas vezes agindo em nome de Deus. Incredulidade porque as razões que encontramos são ínfimas comparadas ao que foi cometido em nome delas.

Pretende-se neste tópico pontuar as diferentes fases do antissemitismo, porém este trabalho não objetiva esgotar o assunto. Há muita bibliografia sobre o tema que não foi consultada.

De acordo com Johnson (1989, p.137) As revoltas dos judeus contra o governo romano não demonstravam apenas a insatisfação de um povo colonizado diante de seu tirano. Elas representavam também um conflito racial e cultural entre judeus e gregos. O termo



antisemitismo só apareceu em 1879, contudo essa realidade, mesmo de forma embrionária existia há muito tempo. Desde a antiguidade os judeus eram impopulares, porém a hostilidade em si era em função do monoteísmo judaico e começou a surgir na segunda metade do Século I a.C. Os judeus não reconheciam como deuses os ídolos de outros povos, não lhe prestavam culto nem os respeitavam como deidades. Seus rituais da lei mosaica o colocavam a parte de outros povos, a própria circuncisão era vista como absurda pelo mundo greco-romano.

Prossegue Johnson (1989, p. 137) mostrando que o sentimento antisemita que passou para a história teve origem naquilo que os outros povos percebiam como sendo a apresentação judaica de sua própria vida religiosa. Os egípcios criticaram o relato dos judeus do êxodo. Diziam que a saída não foi uma fuga milagrosa mas uma retirada de leprosos e outros povos corrompidos do Egito. Afirmavam ainda que os judeus reivindicavam terras que nunca foram suas por direito e produziram fábulas contra eles que eram conhecidas publicamente pelo menos até o segundo século a. C. como, por exemplo, o pensamento de que os judeus adoravam asnos e tinham como ídolo uma cabeça desse animal dentro do templo. Outra fábula é que, secretamente sacrifícios humanos eram realizados dentro do templo. Além dos boatos, o sentimento antisemita também era alimentado pela literatura que se produzia a esse respeito. Apolônio Molon foi o primeiro a escrever sobre o assunto e vários outros intelectuais ajudaram a propagar tais boatos e pensamentos de hostilidade aos judeus.

Com a fundação do Império Romano e o culto ao imperador as relações pioraram ainda mais. O Imperador Cláudio advertiu publicamente os judeus que estes deveriam ser mais tolerantes com as religiões de outros povos. Os intelectuais gregos antisemitas contribuíam para esta hostilidade entre judeus e romanos disseminando acusações entre eles. Este foi o embrião da grande revolta de 66 d.C. porque ela começou em Cesareia em decorrência de um processo grego-judaico em que os gregos ganharam. Os gentios helenizados eram a elite da Palestina e, como os gregos de Alexandria, eram conhecidos por seu antisemitismo. Somado a isso o fato de que os agricultores estavam desesperadamente em débito com essa elite, e nas pequenas cidades o ambiente começou a se tornar cada vez mais tenso. Jerusalém se enchia de irados e vingativos refugiados judeus de outras cidades onde a maioria grega invadiu e queimou suas casas. A grande revolta que



eclodiu em Jerusalém teve como consequência todos esses fatos. Houve um massacre de uma guarnição romana em decorrência da revolta, e tropas romanas escolheram aquele momento para saquear dinheiro do templo. Maier (2005, p.195) reflete que “As causas da revolta foram tão complexas que, quando irrompeu, quase todos os grupos foram arrastados pelos sucessos obtidos contra as limitadas forças romanas”.

Depois que tudo acabou, Jerusalém foi deixada arruinada, e o templo destruído. Porém a triste experiência não terminou com o conflito greco-judeu, o sentimento antissemitico continuava a se espalhar, e a queda de Jerusalém foi citada como prova de que os judeus eram odiados de Deus. Cohn (1994, p.334) nos relata que a profecia de Jesus se realizou e o templo foi destruído. Que melhor e maior prova poderia haver da culpa judia pela crucificação de Cristo do que essa? Essa era a sentença de Deus. Se Ele enviou o mal, este devia ser merecido.

Deste breve relato considera-se que o antissemitismo na antiguidade pode ser traduzido como estranheza, ou seja, os judeus não eram apenas estrangeiros em outra terra, mas também faziam questão de se manter à parte. Pontua-se esta conclusão como o primeiro motivo que encontra-se na história para a hostilidade dos povos contra os judeus.

É necessário agora analisar um segundo motivo. Johnson (1989, p.167) informa que no final do IV e V séculos d. C. um antissemitismo particularmente cristão começou a surgir apresentando os judeus como os assassinos de Cristo. Os judeus que viviam em comunidades cristãs perderam privilégios e direitos e foram excluídos de cargos do estado e militares. O judeu era punido com pena de morte se contraísse matrimônio com cristão ou se fosse acusado de proselitismo. No começo do quinto século João Crisóstomo proferiu “Oito Sermões contra os judeus” em Antioquia baseando-se nos Evangelhos de Mateus e João e seus discursos se tornaram a base para toda a crítica anti-judaica da época.

Como o Cristianismo, outro movimento que se posicionou contra o Judaísmo foi o Islamismo, que por sinal também teve uma ligação no Judaísmo, porém rapidamente tornou-se uma religião em separado desenvolvendo sua própria dinâmica e características. Maomé aceitava o Deus judaico e seus profetas, e o Alcorão era o substituto árabe da Bíblia. Também como os judeus os muçulmanos aceitaram códigos



rigorosos e elaborados, abrangendo dieta, pureza e rituais. As hostilidades começaram a surgir porque os judeus não reconheceram o Alcorão como literatura sagrada. O Estado, na maioria das vezes, não era o inimigo principal. As dificuldades normalmente vinham tanto do Cristianismo como do Islamismo, de tempos em tempos por parte de entusiastas religiosos, quando sacerdotes fundamentalistas intimidavam o governante ou transformavam-no em um convertido religioso.

Johnson (1989, p.207) diz que

se o tratamento dos judeus sob o Islamismo variava, de lugar para lugar e de tempo em tempo, foi sempre ruim sob o governo bizantino. Na cristandade latina, era tolerável até à pregação da Primeira Cruzada em 1095; subsequente a posição dos judeus se deteriorou quase em toda parte.

O papa Gregório que dirigiu a igreja 590 a 604, criou uma ideologia de que os Judeus sabiam das ideias cristãs mas haviam rejeitado Jesus como Messias e continuavam a rejeitá-lo ao longo da história. Embora defendesse os judeus em Roma, sua ideologia promoveu o antissemitismo cristão. E os próprios judeus haviam fornecido a prova de que isso era verdade: a Bíblia.

Toda essa linha de argumentação ao longo do tempo, desenvolveu um novo antissemitismo. Foi divulgada a ideia de que os judeus não eram seres humanos comuns porque rejeitaram Jesus, pensamento este reforçado pelos costumes judeus sobre alimento, limpeza e circuncisão. As Cruzadas, que se iniciaram em 1095, foram as responsáveis pela expansão desses pensamentos antissemitas e cenário das maiores atrocidades contra os judeus.

Crossan (1995, p.47) nos faz refletir sobre qual a importância para um estudante da Bíblia ou um membro de igreja de se discutir quantas fontes existem para as narrativas da Paixão de Cristo ou se elas derivam de profecia e história. Acontece que essas narrativas, da forma como estão, foram a base para o antissemitismo cristão e para o antissemitismo europeu. O autor diferencia estes dois termos porque entende que o antissemitismo é preconceito racial enquanto que antissemitismo é preconceito religioso. Mas a pergunta que se faz é: qual a conexão entre o que os evangelistas escreveram a tanto tempo atrás e



um movimento contra os judeus que deixou tantas vítimas ao longo da história?

No começo do Cristianismo este não passava de um movimento dentro do judaísmo até que, lentamente, se separou para se tornar uma religião diferente. No início, os dois seguimentos religiosos ficaram no âmbito do debate religioso, porém, por volta de 380 a.D., o cristianismo veio a se tornar a religião oficial do Império Romano e, com o nascimento do Cristianismo na Europa, as narrativas da paixão, onde a culpa pela morte de Jesus recai insistentemente sobre os judeus, vistas por um mundo cristão também geraram no mínimo uma inimizade contra aqueles que mataram o nosso Salvador. Muitos entenderam que os judeus deveriam pagar pelo que fizeram, inclusive citando textos da Bíblia como por exemplo o de Amós: “Naquele dia, disse o Senhor Deus, farei o sol se pôr ao meio dia e escurecerei a terra em plena luz do dia. Transformarei seus banquetes em prantos, e todas as suas canções em lamentos” (BÍBLIA, NT. Amós 8.9). Esta ameaça profética, para muitos estudiosos foi cumprida durante a execução de Jesus e o lamento durante a destruição de Jerusalém pelos romanos. E sem este antissemitismo cristão derivado de interpretações como estas o antissemitismo europeu, letal e genocida, não teria acontecido.

Talvez aqui no Brasil não seja tão evidente casos contemporâneos de violência contra judeus, mas o holocausto, os campos de concentração na Polônia e Alemanha fazem parte da história da humanidade e são um retrato vergonhoso do que os seres humanos podem fazer com seu semelhante. Fazer este tema conhecido de cada cristão é muito importante por que transpõe uma barreira de evangelização. O ser humano contemporâneo, influenciado pela sua cultura pós-moderna tornou-se extremamente impessoal e racional em relação à religião, porém algumas questões existenciais fazem parte da sua essência de indivíduo como crítico da humanidade. Ele se pergunta porque a religião, em alguns momentos da história cometeu atrocidades semelhantes às guerras. Pergunta-se como, em certos momentos, pessoas cometem as maiores barbáries supostamente em nome de Deus. Transpassar esta barreira, conhecendo as causas e motivos ao longo da história que levaram pessoas a matar outras em nome da fé, pode ser uma forma de estabelecer um diálogo honesto e eficaz.

2 – Abordagem histórica: múltiplos aspectos



Para se ter uma abordagem adequada de um líder histórico é preciso levar em consideração muitos aspectos. É necessário compreender a crise histórica que esse personagem enfrentou, as circunstâncias históricas particulares em que ele estava inserida, bem como outros personagens e os principais problemas que aquela sociedade enfrentava em sua época. Temos que levar em consideração como esse líder interage com a população, com que objetivo e muitos outros fatores. Para tanto, precisamos levantar dados sobre a Palestina na época de Jesus³, especialmente sua capital, Jerusalém e assim inserir da forma mais contextual possível as narrativas evangélicas.

A abordagem padrão trata os ditos de Jesus como um artigo com sentido em si mesmo. Deste ponto não se discorda em absoluto. Trabalha-se aqui com o pensamento de que todo o material bíblico fornece ensinamentos isolados que ultrapassam o tempo, aplica-se na atualidade e é útil para orientação sobre cada questão da vida moderna. Mas, embora não se descarte a tentativa de aplicar o presente estudo e suas considerações para hoje, esta não será a metodologia principal deste trabalho. Interessa-se especialmente pelo significado contextual e relacional dos materiais evangélicos, porque as palavras e ações de Jesus como figura histórica só seriam lembradas se fizessem sentido a alguém. Esse sentido estava na comunicação entre Jesus e aqueles com quem ele interagira em contexto histórico.

Os Evangelhos são o principal resultado e registro dessa comunicação, até porque há muito tempo aceita-se entre os estudiosos que os materiais do evangelho existiam em forma oral antes de ser transformados em escritos. Cohn (1994, p.18) citando Lietzman, ensina que, em última análise, tudo se resume ao seguinte:

As tradições eram presumivelmente orais, da primeira geração de discípulos de Jesus; mas tem sido dito corretamente que foram transmitidos em “pedaços separados” circuladas independentemente e reunidas por compiladores.

³ Este ponto será abordado de forma específica em 1.4

Conforme Marconcini (2001, p.5) “Em sua origem, a palavra ‘evangelho’ não se referia aos quatro escritos, mas aos anúncios proclamados oralmente”.

Uma abordagem adequada de Jesus busca a compreensão de como, nas condições históricas particulares que haviam criado uma crise para os antigos povos da Judéia e da Galileia, partindo da tradição cultural na qual esses povos estavam inseridos, Jesus emergiu como líder e assumiu um papel social específico em interação com pessoas que formaram um movimento historicamente significativo.

3 – As pesquisas sobre o Jesus Histórico

Charlesworth (1992, p.10) em seu prefácio escreve que brilhantes estudiosos, ao longo dos últimos séculos esforçaram-se por inserir Jesus nos pensamentos da igreja e que ele está convencido de que as novas descobertas obrigam-nos a unir nossos esforços para analisar Jesus no contexto de seu ambiente judeu contemporâneo. Meier (1993, p. 99) neste sentido, nos escreve:

Pesquisas recentes sobre os achados de Qumran, e os Pseudo-epígrafos (incluindo uma grande quantidade de literatura apocalíptica judaica), escritores judeus helenistas (especialmente Filon e Josefo) e fontes de literatura rabínica posterior nos ensinam a não pensar no judaísmo como uma entidade clara e definida denominada “judaísmo ortodoxo”. A consolidação das várias correntes num só judaísmo “rabínico” ou “ortodoxo” se deu apenas 70 A.D.

De fato, em muitos momentos procura-se capturar ensinamentos de Jesus para o próprio contexto pessoal, sendo que a reflexão de sua mensagem se torna muito mais rica e significativa, mais completa e abrangente se entendemos os motivos daquela narrativa para sua gente e então resgatamos os ensinamentos inspirados de Jesus para a nossa vida.



Orientando o presente trabalho por este caminho torna-se claro que ele não é nem de perto a mais popular das abordagens. Charlesworth (1992, p.19) reflete que “durante a maior parte do século atual, foi considerado de mau gosto um estudioso do Novo Testamento, e ainda mais um historiador, devotar atenção ao Jesus da história”.

Meier (1993, p. 197) nos relata que a resistência à investigação sobre o Jesus histórico vem na maioria das vezes de cristãos convictos porque acha que na melhor das hipóteses é uma perda de tempo, e na pior, uma ameaça a sua fé. No campo da teologia, os fundamentalistas fazem objeção às buscas porque entendem que o Jesus histórico é o mesmo do presente nos Quatro Evangelhos, sendo que preferem lidar com todas as tensões e contradições dos evangelhos criando berrantes teorias que os harmonizam. Mainville (2002 p.314) reflete que “a correta compreensão do Novo Testamento como Palavra de Deus supõe uma teologia da revelação que não seja uma variante da idolatria. Deus não está imediata e totalmente presente num objeto concreto ou ideal; se este deixa de ser sinal, mas se fecha em si mesmo, sem remeter a um outro, torna-se ídolo”.

Até hoje, os teólogos que enveredam-se por este caminho são chamados de teólogos liberais⁴. Este trabalho de conclusão de curso discorda deste conceito porque entende que estudar o Jesus da história só acrescenta mais realidade ao Jesus divino, sendo que um não descarta o outro. Neste sentido, citam-se as palavras de Charlesworth (1992, p.183): “A história é parte da essência da teologia. O historiador das origens cristãs e o teólogo do Novo Testamento partilham os mesmos empenhos, que nos pode aproximar da realidade histórica de Jesus de

⁴ MARCONCINI (2001, p.22) define a “Escola liberal: ela considera os sinóticos como documentos para reconstruir a vida de Jesus e fonte para explicar valores universais. E esses podem ser sintetizados, seguindo-se o principal expoente, A. von Harnack (1851-1930), famoso principalmente pelo seu livro *A essência do cristianismo* (1901), na seguinte afirmação: valor da pessoa humana à luz da paternidade de Deus, capaz de instaurar uma fraternidade universal entre os homens. A natureza histórica dos evangelhos é vista, portanto, numa tríplice dimensão: confiabilidade dos dados biográficos, possibilidade de extrair deles ensinamentos universais e necessidade de eliminar tudo aquilo que a razão não consegue controlar, como os episódios dos milagres, reduzindo Jesus a um pregador de religião e de moral”.



Nazaré e pode nos despertar com questões que nos libertam para compreender mais claramente o *mysterium Christi*.”

Mas o que é mais significativo nas recentes descobertas sobre Jesus? Charlesworth (1992, p.181) responde que é a descoberta em nosso tempo de dados que esclarecem a vida de um homem de outro tempo e cita Cornfeld: “a arqueologia e a erudição modernas estabelecem agora, fora de qualquer dúvida, que um homem conhecido como Jesus certamente existiu na história e que a crítica dos céticos era mal fundada”. Esta afirmativa se baseia nas recentes descobertas de Qumran, Nag Hammadi e por todo o território da antiga Palestina.

Soma-se a esta contribuição, o fato de que as descobertas ajudam e instigam a pesquisar “novamente” Jesus, porque tudo o que aumenta o conhecimento do ambiente em que Jesus viveu, aumenta indiretamente o conhecimento sobre o próprio Jesus.

4 - Panorama Político de Jerusalém

Jerusalém não era uma cidade qualquer. No Século I ela se apresentava como centro da geografia sagrada do povo e desde então tem sido fundamental para a imaginação sagrada de judeus e cristãos. Jerusalém se tornou a capital da antiga Israel na época do rei Davi. Escreveu Josefo (1998, p. 177):

Depois que Davi tomou a cidade de Jerusalém, de lá expulsou todos os jebuseus, mandou consertar as brechas, deu seu nome à cidade e de lá estabeleceu sua corte durante todo o resto de seu reinado[...]. Desde então, seus interesses prosperaram sempre, cada vez mais pelo auxílio que ele recebia de Deus; embelezou de tal modo Jerusalém que a tornou mais célebre.

Josefo (1998) mostra que, sob o reinado de Davi e seu filho Salomão, Israel experimentou o período mais grandioso de sua história. O país estava unido, todas as 12 tribos sob um único rei; encontrava-se no maior tamanho já visto pela cidade, era poderoso e por isto seu povo estava livre dos ataques dos vizinhos. Por fim, um templo glorioso foi construído por Salomão em Jerusalém. O reino de Davi, em particular, foi visto não somente como um tempo de poder e glória, mas também



de justiça na terra. Davi era um rei justo e correto. Passou a ser associado à bondade, ao poder, à proteção e à justiça.

O tempo de glória era lembrado. Davi se tornou tão reverenciado que o esperado futuro libertador, o Messias, deveria ser “filho de Davi”, um novo Davi, de fato maior que Davi. E esse filho de Davi governaria um reino restaurado. Assim, Jerusalém era associada à esperança da futura glória de Israel. Uma glória que implicaria paz, justiça e poder. Neste sentido escreve Meier (1993, p. 218): “Além das epístolas de Paulo, a crença de que Jesus precedia do tronco de Davi também é difundida em outras correntes do cristianismo primitivo: é afirmada por Marcos (10.47; 12.35-37), Mateus (9.27; 12.23; 15.22; 20.30; 21.9, 15; 22.42-45) e Lucas (3.31; 18.38-39; 20.41-44; Atos 2.25-31; 13.22-23).”

Salomão construiu o templo em Jerusalém por volta de 900 a.C. O lugar se tornou o centro sagrado do mundo judeu. Dentro da teologia que se desenvolveu ao redor dele, era o “umbigo da terra”, ligando este mundo à sua origem em Deus. J. Jeremias (1983, p. 75) escreve que

Jerusalém é o centro do mundo habitado, o ponto central da terra inteira. Devido a sua localização, a cidade é designada como umbigo do mundo (referencia a Ezequiel 38.120; os pagãos e Satanás devem subir até ela (Ap 20.9). Jubileus VIII enfatiza a expressão referente à montanha de Sião chamando-a de umbigo da terra.

Ali, em Jerusalém, ficava o lugar da moradia de Deus na terra. É o que se lê em Salmos: “Eu amo, Senhor, a habitação de tua casa e o lugar onde sua glória assiste.” (BÍBLIA, N.T. Salmos 26.8) Claro, o antigo Israel também afirmava que Deus estava em toda parte, mas Deus se encontrava de forma especial naquele templo. Estar no templo era estar na presença de Deus. Neste sentido J. Jeremias (1983, p. 45) escreve:

A importância do templo fazia-se porém sentir além dos limites da cidade. Desde a reforma do rei Josias (621 a.C.) que centralizou o culto em Jerusalém, segundo as prescrições do Deuteronômio, o único santuário dos judeus achava-se em Jerusalém.



Sobre este mesmo assunto ele prossegue: “Jerusalém era a pátria do culto judaico, lugar de presença divina na terra. Ali vinham para rezar, pois as orações chegavam mais diretamente aos ouvidos do Senhor”. (JEREMIAS, 1983, p. 108).

O templo mediava não somente a presença de Deus, mas também seu perdão. Era o único local do sacrifício, que é o caminho para o perdão de Deus. Segundo a teologia do templo, alguns pecados só poderiam ser perdoados e algumas impurezas só poderiam ser tratadas através do sacrifício naquele lugar. Como mediador do perdão e a purificação, o templo mediava o acesso a Deus e estar no templo, purificado e perdoado, era estar na presença dele. Por este motivo Jerusalém e o templo eram um centro de peregrinação. J. Jeremias (1983, p. 42) escreve que embora Jerusalém se situasse numa região desfavorável para as profissões porque a maioria das matérias primas faltava e Jerusalém tinha que importar quase tudo, especialmente metais e minérios ricos, além da escassez de água, a cidade era rica. A cidade era poderosa política e religiosamente e isto financiava seu comércio. Os principais elementos que traziam riqueza à cidade eram as imensas receitas do templo, o fluxo de estrangeiros por ocasião das peregrinações durante as festas e os impostos arrecadados.

Mas Jerusalém, a cidade de Deus, também adquiriu acepções negativas porque, no meio século seguinte ao reinado de Davi, ela se tornou o centro de um “sistema de dominação”, e esta ideia é de suma importância para compreender o ambiente bíblico das narrativas evangélicas. Este sistema de dominação envolvia: (a) - opressão política porque a maioria da sociedade era governada por poucos enquanto o povo não tinha voz; (b) - exploração econômica porque grande porcentagem da riqueza da sociedade ia para os cofres dos ricos e poderosos; (c) - legitimação religiosa porque nas sociedades antigas esses sistemas eram legitimados por meio da linguagem religiosa. J. Jeremias (1983, p.81) escreve que “Desde tempos remotos (Is 5.8; Mq 2.1-5), o camponês, impelido pela necessidade, via-se obrigado a hipotecar suas terras e sua colheita” e “O Estado manifestou desde o início o seu poder, cobrando taxas” (JEREMIAS, 1983, p.175).

Sobre este assunto Marconcini (2001, p.40) escreveu:

O Templo, além de lugar de oração, era um verdadeiro centro comercial pelas grandes receitas que para ele



afluíam, provenientes da taxa anual pessoal (impostos do Templo: Mt 17.24), das oferendas dos peregrinos, dos sacrifícios e dos rendimentos dos bens fundiários. Com os tributos que o cidadão devia pagar ao ocupante romano, pode-se calcular que não menos que 40% do mísero rendimento de cada pessoa se convertesse em taxas, destinadas também para aumentar o bem estar dos ricos.

Esta era a forma de sistema social mais comum no mundo antigo e persistiu até os tempos de Jesus.

O sumo sacerdote e as autoridades do templo tinham uma tarefa difícil. Como acontecera com os governantes anteriores, sua obrigação principal com Roma era lealdade e colaboração. Eles deveriam garantir que o tributo anual fosse pago. Também deveriam manter a paz e a ordem domésticas. Roma não queria rebeliões. Eles ocupavam o papel de intermediários entre um sistema de dominação local e outro de dominação imperial. Era uma posição incômoda. Eles precisavam colaborar o suficiente com os romanos para mantê-los felizes, mas não a ponto de causar raiva em seus súditos judeus. Á luz desse contexto fica fácil entender as palavras do sumo sacerdote Caifás, no evangelho de João: “Vocês não percebem que é melhor um só homem morrer pelo povo do que a nação inteira perecer?” (BÍBLIA, N.T. João 11.50) E o versículo anterior que denuncia o seu medo pela intervenção romana: “Se o deixarmos assim, todos crerão nele, e os romanos virão e destruirão o templo e toda a nação” (BÍBLIA, N.T. João 11.48).

Esta é a Jerusalém onde Jesus entrou no domingo de Ramos, e sua mensagem era profundamente crítica contra o templo e seu papel no sistema de dominação. Um exemplo disso era o batismo pregado por João Batista e Jesus, que assumiram uma dimensão anti-templo. O batismo de João era para perdão dos pecados, mas o perdão era uma função que a teologia do templo reivindicava para si por que deveria ser mediado pelo sacrifício na chamada moradia de Deus. Proclamar o perdão fora do templo era negar o papel dele como mediador essencial do perdão e do acesso a Deus.

Como João, Jesus alardeava o perdão fora do sacrifício no templo. Isso esteve implícito na maioria de suas atividades, como, por exemplo, ter comido com “coletores de impostos e pecadores” ,que eram considerados impuros. Em Marcos, Jesus perdoa os pecados de um parálítico e lhe dá a capacidade de andar. Alguns escribas protestaram:



“Por que este homem fala assim? Ele está blasfemando” (BÍBLIA, N.T. Marcos 2.7).

MARCONCINI (2001, p.247) escreveu que:

Acceptar Jesus como Messias, que colocava frente a frente justos e pecadores, por intermédio do perdão, não considerava a Lei como um absoluto quando não fosse em favor do homem e admitia os pagãos à salvação equivalia a destruir o sistema judaico: ou morria ele ou a religião farisaica.

Quando são lidas as narrativas evangélicas à luz dessas perspectivas é possível entender como os pensamentos de Jesus impactavam aquela comunidade, que em sua maioria direta ou indiretamente vivia do templo e de sua teologia.

5 - Imperialismo Romano

As condições de vida na Galileia, onde Jesus viveu e cumpriu sua missão eram determinadas pelos romanos. MIGUEZ (1995, p.24) nos relata que a presença romana tornou mais agudo o processo de concentração da propriedade de terras. Seja por fatores políticos ou naturais, ou devido à pesada carga de impostos, muitos proprietários rurais pequenos foram perdendo suas posses.

Nas décadas anteriores ao nascimento de Jesus, os exércitos romanos invadiram a região, queimando aldeias, escravizando os sadios e eliminando os incapazes. Os comandantes militares romanos designaram Herodes como “rei” e puseram tropas à sua disposição para que dominasse seus súditos. O imperador romano instalou na administração da Galileia o filho de Herodes, Antipas, que fora educado na corte imperial. Com os impostos extorquidos dos galileus, Antipas construiu duas cidades de estilo romano na Galileia, que até então não tinha cidades nem governante residente. THOMAS (2007, p.34) ensina que

Enquanto o apetite de Roma por enriquecimento era comum a todo império, a população da Judeia não somente era financeiramente mais pobre do que outras terras ocupadas, como também vítima de uma método



capcioso empregado por Roma, Pôncio Pilatos, o último procurador romano, tinha tornado clara sua intenção de arrancar até o último siclo de imposto – e também que os faltosos seriam aprisionados, suas terras desapropriadas, as famílias expulsas de casa e, se necessário, vendidas como escravos em pagamento de débitos.

Os governadores romanos, como Pôncio Pilatos, nomeavam e destituíam os sumos sacerdotes que administravam a Judéia de sua base no templo de Jerusalém. Quando os fariseus e herodianos quiseram apanhar Jesus em contradição para incriminá-lo, perguntaram-lhe se era lícito pagar tributo ao imperador romano. Jesus foi executado por ordem do governador romano e morto por crucificação, uma forma de suplício que as forças de ocupação aplicavam para aterrorizar povos escravizados, torturando publicamente seus líderes rebeldes até a morte.

Encaminhamentos

Ao refletir bíblicamente sobre este tema vem à mente a famosa orientação de Jesus de “dar a César o que é de César” (BÍBLIA, N.T. Mateus 22.21) ou seja, Jesus declarou que o império devia receber o que lhe cabia de direito. E em “amai os vossos inimigos” (BÍBLIA, N.T. Mateus 5.44) em geral, se entende que Jesus queria dizer que os “judeus” deviam amar, certamente sem resistir, os soldados romanos que os atormentavam com violências. Mas o Jesus que condescende com o império está radicado num Jesus que foi reduzido a uma mera figura religiosa, e este, sem descartar seu caráter teológico, não é o objeto deste trabalho, porque, sendo o império um ente político, um Jesus meramente religioso deixa de ter qualquer relevância e implicação. Passa-se a reconhecer, porém, que o antigo povo palestino reagiu ao domínio romano numa longa série de protestos e movimentos. É difícil continuar imaginando que Jesus tenha sido o único personagem imune à submissão do seu povo e à ordem imperial romana. Se outro não temos, talvez o fato de que ele foi crucificado, uma forma de execução que os romanos adotaram para intimidar os rebeldes nas províncias, deve levar-nos a reavaliar a situação.

Nas palavras de Horsley (2004, p.19):



Querer compreender as palavras e ações de Jesus sem saber como o imperialismo romano determinava as condições de vida na Galileia e em Jerusalém seria como tentar compreender Martin Luther King sem saber como a escravidão, a reconstrução e a segregação determinavam as vidas dos afros americanos nos Estados Unidos.

Por consenso comum, Jesus proclamou a iminência da vinda ou presença do reino de Deus. Analisando-se os primeiros Evangelhos como histórias completas, e não simplesmente ditos, pode ser que Jesus estava também praticando ou realizando o reino de Deus em curas, exorcismos, alimentação de massas e em ensinamentos relacionados com a aliança. A pesquisa deve agora ser observada a partir dos evangelhos e como foi narrado o julgamento de Jesus.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BÍBLIA. Português. **Bíblia de estudo de Genebra**. Tradução: João Ferreira de Almeida. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2000.

CHARLESWORTH, James H. **Jesus dentro do Judaísmo**. Rio de Janeiro: Imago, 1992. 268p.

CONH, Haim. **O julgamento e a morte de Jesus**. Rio de Janeiro: Imago, 1994. 430p.

CROSSAN, John Dominic. **Quem matou Jesus? As raízes do anti-semitismo na história evangélica da morte de Jesus**. Rio de Janeiro: Imago, 1995. 268p.

HORSLEY, Richard A. **Jesus e o Império**. São Paulo: Paulus, 2004. 156p.

JEREMIAS, J. **Jerusalém no tempo de Jesus**. 3.ed. São Paulo: Paulus, 1983. 512p.

JOHNSON, Paul. **História do Judeus**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1989. 653p.



JOSEFO, Flávio. **História dos hebreus.** 2.ed. Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembléias de Deus, 1998. 782p.

MAIER, Johann. **Entre os dois Testamentos: História e Religião na época do segundo templo.** São Paulo: Edições Loyola, 2005. 335p.

MAINVILLE, Odette (org.). **Escritos e ambiente do Novo Testamento.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2002. 324p.

MARCONCINI, Benito. **Os evangelhos sinóticos.** 2.ed. São Paulo: Paulinas, 2004. 315p.

MCDOWELL, Josh. **As evidências da ressurreição de Cristo.** 2.ed. São Paulo: Editora Candeia, 1987. 235p.

MEIER, John P. **Um judeu marginal: repensando o Jesus Histórico.** 3.ed. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1993. vol. 1. 483p.

MIGUEZ, Nestor. **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana: Cristianismos Originários (30-70dC)** Rio de Janeiro: Editora Vozes, Rio Grande do Sul: Editora Sinodal, 1995/3 n°22, 181p.

SCHMIDT, Francis. **O pensamento do templo. De Jerusalém a Qumran.** São Paulo: Loyola, 1998. 279p.

THOMAS, Gordon. **O julgamento de Jesus.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2007. 398p.

WINTER, Paul. **Sobre o processo de Jesus.** Rio de Janeiro: Editora Imago, 1998. 299p.

